

Região de Carajás: Passado, Presente e Futuro da Região e dos Movimentos Sociais

Maria Célia Nunes Coelho¹

“É preciso estarmos sempre à procura do novo, à procura das *potencialidades* que amadurecem à medida que o mundo se desenvolve e que novas perspectivas se manifestam. Uma concepção que renuncia, em nome do “realismo”, a considerar o novo e o potencial, perdeu mesmo todo o contato com o presente, porque o presente está sempre condicionado pelo futuro. (...) O novo representa sempre o passado e o presente, mas enriquece-os integrando-os numa síntese mais vasta.” (Bookchin, 1999; pp.89-90).

Introdução

A discussão acerca do passado, presente e futuro da região de Carajás e dos movimentos sociais requer que se dê importância à perspectiva histórica tanto quanto à perspectiva espacial. Processos históricos e contextos sociais e espaciais configurados em momentos específicos guardam relação com o passado e influenciam significativamente os processos sociais e espaciais desencadeados nos momentos seguintes.

Cada ruptura, passada ou recente, desencadeia um processo de desestruturação/reestruturação sócio-espacial. Examina-se assim a região sudeste do Pará a partir das décadas de 60 e 70 como palco das situações de desestruturação/reestruturação impelidas pela introdução de empreendimentos infra-estruturais e econômico-empresariais. Na região, um conjunto de elementos necessários a sua delimitação como subsistema são permanentemente rearranjados de forma a redefinir uma estrutura complexa no interior de um determinado horizonte espaço-temporal.

As rodovias da década de 70, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e seu complexo (mina-ferrovia-porto) desestruturaram e reestruturaram social e espacialmente o sudeste do Pará. Porém, a ausência de desenvolvimento capitalista regional amplo, entendido como expansão das forças produtivas no local, desencadeou um processo de acumulação seletiva e desacumulação regional ampliada. Há questões ainda não respondidas, como: por que o Programa Grande Carajás (PGC) falhou em promover o desenvolvimento regional, se havia redes infra-estruturais de energia elétrica e de comunicação, isenção fiscal e, pelo menos no início, recursos financeiros? Todavia, seu sucesso se limita aos empreendimentos da CVRD em Carajás, às guserias ao longo da Estrada de Ferro Carajás e à metalurgia do silício da Camargo Corrêa mais ao norte, nas proximidades de Tucuruí.

¹ Doutora em Geografia, Professora e Pesquisadora do NUMA/NAEA-UFPA. Pesquisadora do CNPq.

Houve, sem dúvida, uma estruturação capitalista em Carajás e uma desestruturação, com formação de estruturas de reprodução simples que não se integram à estrutura com base em capital intensivo. Este tipo de desestruturação vem produzindo impactos destrutivos nas possibilidades de desenvolvimento de uma economia regional autônoma no presente e no futuro. Isto resulta em grande medida da dependência de uma única visão de “modernização”: aquela fundada na industrialização e no grande empresário, sem grandes alternativas para os situados à sua margem.

Quais são os impactos da “desacumulação na região”? Considerando impacto como processo, isto é, como movimento que não cessa e que é configurador de novos contextos sociais e espaciais, postulamos que as formas simultâneas de acumulação e “desacumulação” da região são geradoras de novos impactos e que novos contextos sociais e espaciais acham-se em configuração e influenciarão o devir da região em permanente processo de formação e redefinição. Não é ainda descartável o fato de que a região, como um campo de ações concomitantes de organizações e atores sociais de força variável, vem sofrendo dinamicamente impactos políticos da ação do Estado e impactos espaciais de forças contraditórias, porém, sujeitas a convergências circunstanciais mais ou menos duradoras.

As explicações para o desenvolvimento regional reduzido e desigual podem ser numerosas e controversas. Torna-se, entretanto, necessário questionar os esquemas interpretativos desse curso da história acrescentados às agendas das considerações das teorias de desenvolvimento, contemporaneamente em crise, que precisam ser superadas e das ações sociais representadas pelos movimentos sociais. O presente trabalho acha-se centrado em dois eixos. O primeiro deles consiste, portanto, na análise dos processos de transformações sócio-espaciais ao longo dos últimos trinta anos. Aborda questões tais como: qual é a atualidade ou validade de algumas das teorias neste limiar do séc. XXI? Quais são os impactos do não-desenvolvimento local (entendido como expansão das forças produtivas locais e no local) ou da desacumulação local/ regional no presente e no futuro? Tendo em vista que, no presente, tal desacumulação reflete-se não só, mas particularmente, no reduzido sucesso da pequena produção agrícola agrícola, no crescimento do emprego informal e na natureza e expansão dos movimentos sociais, no segundo eixo deste trabalho, privilegia-se o exame dos movimentos sociais, tomando como exemplo o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que não é o único, mas o mais organizado e mais influente.

Reestruturação de uma Região e sua Organização Voltada para uma Acumulação Seletiva de Capital

O passado desempenha um papel considerável na definição da região, assim como o presente e o futuro contribuem com a sua redefinição. Até a década de 1960, o sudeste do Pará, cuja ocupação era organizada em função da rede hidrográfica, era dominado por uma estrutura comum às áreas de extrativismo vegetal e mineral. A exploração espacialmente mais difundida das castanheiras (que produz a *Bertholletia excelsa* HBK, espécie pertencente à família Lecythidaceae, conhecida por castanha-do-Pará ou mais recentemente, castanha-do-Brazil), em regime de aforamento, era realizada ao longo do rio Tocantins e seus tributários, entre os quais o rio Itacaiúnas, que desce a serra dos Carajás e seus afluentes principalmente, da margem direita como o rio Vermelho, o Sororó e o Sororozinho e secundariamente, da margem esquerda (Velho, 1972, p.53). A economia da castanha deu origem a uma estrutura econômica e social peculiar. A castanha era organizada e comercializada por uma oligarquia agrário-exportadora. O núcleo urbano de Marabá, situado na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, atuava como o ponto de controle, trocas e consumo que exercia influência sobre as áreas ao sudeste da bacia do Tocantins, enquanto mais ao norte este papel era desempenhado pelo núcleo urbano de Tucuruí. A relativa simplicidade dos laços existentes entre seus habitantes, que davam coesão ao espaço, foi alterada pela multiplicação das redes infra-estruturais (asfaltamento da Belém-Brasília, a rodovia Transamazônica, a rede de telecomunicações e de energia elétrica), que abriram novas perspectivas de ocupação para a terra-firme. A abertura de estradas simultaneamente à política de colonização que, a partir de 1974, perdeu importância para uma política de ocupação com base no estímulo à grande empresa ou aos grandes proprietários de terra (utilizando para isso o recurso de uma política de incentivos fiscais), tornaram a região um sistema complexo, dinâmico e variado nas décadas que se seguiram.

Como instrumento do Estado, o POLOAMAZÔNIA, lançado na segunda metade da década de 1970, consistia em um pacote de incentivos fiscais e demais estímulos aos pólos de desenvolvimento então planejados. Visava-se a reorganização do espaço regional em

benefício da acumulação de capital voltada para a agropecuária e a mineração. Tal política previa o desenvolvimento de pólos mineradores, atendendo aos grandes empresários da mineração interessados no desenvolvimento do “pólo de Trombetas” ao norte do estado e do “pólo de Carajás” no sudeste. Neste contexto, ao final da década de 70 e início da de 80, a região sudeste do Pará tornou-se objeto de diferentes projetos (UHE de Tucuruí, extração de minério em Carajás, Estrada de Ferro Carajás) associados a uma política de produção e transformação de matérias-primas destinadas à exportação. A exploração do ferro em Carajás, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e o garimpo de ouro em Serra Pelada na década de 1980, por exemplo, constituíram importantes eixos e superfícies reestruturadores da ocupação na Amazônia Oriental, para onde convergiram fluxos populacionais oriundos particularmente do Nordeste brasileiro. A superposição de efeitos mútuos de alcance regional variado deu origem a um meio geográfico reativo que se tornou um sistema de processos múltiplos, complexos e diversificados.

A Estrada de Ferro Carajás e a Desestruturação/ Reestruturação de uma Região

Fugindo ao padrão norte-sul, ao seguir a direção leste-oeste, a Transamazônica e a Estrada de Ferro Carajás associaram entre si pontos antes não conectados, criando novas situações de solidariedade entre os locais, papel antes reservado aos rios e posteriormente às rodovias. Os projetos de natureza planejada da então estatal CVRD, compunham juntamente com Serra Pelada, uma fonte estruturadora não prevista, estruturas para as quais convergiam trajetórias variadas com particularidades diferentes uma das outras, mas todas de conseqüências sociais, espaciais e ecológicas consideráveis. Não obstante a retórica do Programa Grande Carajás (PGC) (lançado em 1980 e extinto em 1991), a implementação destes projetos não foi acompanhada por uma política integrada (fundiária, agrícola, pecuária, silvicultora e de mineração) efetiva que visasse o controle sobre todas as variáveis, impedindo a caotização social e ecológica do sistema sócio-espacial então modificado.

Terminada a construção da UHE de Tucuruí em 1984, finalizadas as obras de implantação da CVRD em Carajás também em meados da década de 80 e praticamente encerrada a atividade de garimpo em Serra Pelada e garimpos vizinhos, cujo período áureo de produção e do emprego de trabalhadores (os *formigas*) foi entre 1981 e 1983, uma parcela significativa da população permaneceu na região. Apenas uma pequena parte tomou

destinos diferentes. Cresceu assim a população concentrada nas cidades de Marabá no Pará, Imperatriz e Açailândia no Maranhão, nos antigos povoados de Parauapebas/ Rio Verde (atualmente Parauapebas), Km 30 ou Trinta (hoje Curionópolis) e o Km 3 (Eldorado de Carajás) – situados nas proximidades das áreas de lavra da CVRD e dos garimpos – ligados entre si pela PA-275. Com base na Constituição de 1988, estes núcleos foram transformados em sedes de municípios como Parauapebas e Curionópolis, desmembrados de Marabá em 1988; e Eldorado de Carajás desmembrado de Curionópolis e de Marabá em 1993.

O fim do garimpo artesanal, a crise do monopólio da posse privada da terra e a ausência de políticas governamentais criadoras de alternativas resultaram no aumento dos já violentos e freqüentes conflitos de terra (localmente presentes desde a década de 70) e no processo de exclusão social. Este último materializou-se na formação das periferias das cidades e núcleos urbanos locais. Cresceram, particularmente as periferias pobres de Parauapebas, Curionópolis, Marabá e Eldorado do Carajás. Dessa forma, uma problemática rural/ urbana associada aos conflitos em torno da terra (rural e urbana) e ao empobrecimento do meio ambiente construído foi acrescentada à agenda das considerações teóricas.

Além do mais, as determinações imanentes da natureza exportadora da atividade mineiro-metalúrgica e a precariedade de uma rede urbana (que não comportava núcleos dotados de mercados urbanos de dinamismo e dimensões expressivas, caracterizadores de uma economia de grandes aglomerações) não permitiram a criação de condições propícias à difusão de capital e inovações que resultassem em expansão industrial vertical e horizontal.

A Acumulação Capitalista e as Tendências ao Reduzido Desenvolvimento Regional: as Tentativas de Explicação Teórica

A acumulação capitalista, concentrada no espaço das empresas ou das atividades por elas exercidas, produziu o não-desenvolvimento de outros espaços e setores da região. Então o que inibiu o processo de crescimento das áreas vizinhas (periféricas às áreas sedes dos grandes empreendimentos)? As abordagens são diversas. A partir da década de 70, no Brasil, críticas foram tecidas com base nos modelos da causação cumulativa de Gunnar Myrdal (1968); dos efeitos multiplicadores, de Hirschmann (1958); nos modelos de centro-

periferia de John Friedmann (1968); ou de centro-periferia fundamentado na estrutura economia-mundo (Wallerstein, 1974 e 1976).

Uma estrutura similar de enclave ou enclave entendido como jurisdição, ou economia moderna separada da economia local (atrasada) e compreendida em outra, foi repetidamente identificada por economistas (em particular), que enfatizavam a constatação acerca das fracas conexões dos empreendimentos estabelecidos com a economia local assim como os reduzidos efeitos para frente e para trás. Porém, a simples presença de um enclave minerador na região influenciou o funcionamento das demais áreas que a compõem e que passaram a não ser mais as mesmas de antes. A população indígena se viu ameaçada por posseiros, fazendeiros e madeireiros. Aumentou a migração e com ela, multiplicaram-se os núcleos de povoamento. As ligações entre núcleos emergentes – como o já citados povoado de Parauapebas em 1980, localizado no sopé da Serra dos Carajás, e o núcleo de apoio ao garimpo Km 30, situado à proximidade de Serra Pelada – e suas conexões com o centro de Marabá criaram novas solidariedades espaciais em torno do eixo da rodovia 275, inicialmente construída pela CVRD como via necessária à implantação do Projeto Ferro em Carajás. Ajudaram ainda a criar condições para o rápido crescimento dos núcleos e para suas transformações precoces em sedes dos municípios.

Escapa, todavia, aos divulgadores da visão de enclave, o efeito multiplicador do Projeto Ferro Carajás representado pela produção de carvão vegetal em decorrência da implantação de siderúrgicas ao longo da Estrada de Ferro Carajás. Isto seria impensável sem a existência da mineração de ferro em Carajás (Brüseke, 1997, p.42). Os danos ecológicos decorrentes do desmatamento desenfreado e da produção do carvão demandado pelas guserias contribuem, todavia, para modificar o quadro de potencialidades e limitações ao desenvolvimento das atividades futuras na região.

Associa-se à dinâmica dos enclaves a atuação do MST, que ganhou expressões em face do crescimento do grande contingente de população sem terra, que, conforme já enfatizado anteriormente, ocorria inicialmente graças à abertura de estradas de rodagem, à “disponibilidade” de terras cobertas de mata, às oportunidades de trabalho no garimpo de Serra Pelada, nas fazendas, na empresa de mineração de ferro e suas contratadas que trabalhavam na mina em Carajás ou na construção da Estrada de Ferro Carajás. O crescimento urbano podia em grande parte ser atribuído à crescente dificuldade de acesso à

terra e à escassez de emprego nas fazendas e nas empresas na região. O emprego formal, por exemplo, diminuía à medida que a instalação dos empreendimentos se completava nos meados da década de 80.

A teorização dos enclaves serviu para se pensar as políticas de desenvolvimento na região com base no enclave minerador a partir do impulso à industrialização. O resultado foi limitado, não respondendo às expectativas locais, o que não ajudou a romper com a estrutura de enclave. Tal visão apoiada no pensamento de André Gunder Frank (1966) e Samir Amin (1974), dos teóricos da causação cumulativa e dos efeitos multiplicadores (Myrdall e Hirshmann), e dos teóricos latinos da dependência não se prestou, portanto, à geração de políticas diversificadas, alternativas e integradas, que não fossem apenas fundadas na verticalização industrial cujos esforços resultaram em reduzido sucesso há mais de duas décadas.

A visão de *Late Capitalism* de Ernest Mandel (1975), das desigualdades geográficas identificadas como molas da dinâmica do capitalismo, influenciou grandemente os teóricos do desenvolvimento regional. A explicação do crescimento capitalista desigual de regiões ricas em recursos naturais como a Amazônia, fundamentada no capitalismo industrial tardio, era uma visão que tinha a intenção de mostrar que “o grande desafio das economias retardatárias era superar as discontinuidades técnicas e financeiras que as obstaculizavam, impedindo a expansão da industrialização pesada. Bastava resolver este ponto, e isto qualificaria os países ou as regiões para enfrentar o problema da globalização. Tal tese não se sustenta na atualidade embora ajude a ilustrar o processo de reestruturação espaço-temporal. Seus defensores continuam a ver saída na industrialização, deixando de enfatizar, porém, a diversidade e complexidade dos processos econômicos, sócio-culturais e ainda dos ecossistemas regionais.

Ampliando a visão de Frank, Mandel, Arghiri Emmanuel (*Unequal Exchange*, 1972) e Amin (1974) sobre as trocas desiguais e a transferência de valor, Bunker (1985) teorizou sobre as economias extrativas que contrastam com as economias de produção que, ao contrário das primeiras, agregam valores às matérias-primas transformadas em produtos de elevado valor de troca. Segundo Bunker (1985), há uma transferência de energia e o empobrecimento com perda de complexidade das regiões extrativas fundadas nas trocas comerciais e energéticas desiguais. Para Altvater (1995), todas as duas economias se acham

integradas ao mercado capitalista mundial através de relações de desigualdade resultantes da exportação de matérias e energias, e a importação de entropia dos países de produção para as economias extrativas. Tal visão enfatiza as transferências de valor. Como a visão anteriormente exposta (do capitalismo tardio), esta dispõe de atualidade e contribui ainda para a compreensão dos efeitos regionais das trocas desiguais de matéria e energia que continuam inevitavelmente a moldar as trocas desenvolvidas entre economias extrativas e o mercado global de matérias-primas. O seu mérito é a crítica radical e a explicação do não-desenvolvimento das economias extrativas. O título do livro do Bunker, *Underdeveloping the Amazon*, de 1985, é ilustrativo desta visão.

Uma outra abordagem teórica é a que integra a visão dos sistemas dinâmicos longe do equilíbrio (Prigogine, Stenger, 1991, 1992), de acordo com a qual a estrutura é vista como um *atrator*² sobre a trajetória do sistema. Tal pressuposto teórico nos é útil para levantar a hipótese de que a infra-estrutura associada à atividade de mineração pode, em certa medida, funcionar como uma força motriz para a acumulação de capital e como uma fonte de desestruturação/ reestruturação dos sistemas regionais amazônicos, e não apenas como um elemento perturbador de uma dada ordem. A questão é em que medida ou condições a exploração ou a infra-estrutura associada à mineração se tornam “forças estruturadoras” para toda a região (vista como sistema dinâmico, dotado de estrutura político-econômico, sócio-espacial e cultural específica).

De acordo com estas duas últimas visões, a acumulação de capital se concentra nos grandes agentes econômicos que não são da região, grandes exportadores e importadores de matéria-prima a ser transformada em produtos fora da região de origem. O resultado é a energia que sai, é a desacumulação com o empobrecimento da região. Nestas perspectivas se inclui a análise da caotização social e ecológica do sistema sócio-espacial: degradação do solo e a miséria. A abordagem dos sistemas dinâmicos peca por não analisar os pesos exercidos dos fenômenos sócio-culturais sobre a caotização ou auto-organização dos sistemas sociais, em grande parte, por não “trabalhar as relações que os seres humanos estabelecem entre si ou por não captar a configuração das relações entre estes e a natureza” (Monteiro, 1999).

² Um *atrator* é tudo aquilo para o qual convergem as trajetórias do sistema. Em outras palavras, corresponde a uma estrutura que determina a direção (ou o comportamento temporal) de acordo com a qual o sistema se movimenta (Prigogine, Stenger, 1992).

Nenhuma destas visões parece, todavia, eficiente na orientação contemporânea das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Amazônia, em geral, e para o sudeste do Pará, em particular. Faltam elementos teóricos (que dizem respeito à localização, propriedade física dos produtos, transporte etc.) que contribuam, por exemplo, para a reforma dos contratos entre Estado e empresas, para a elaboração de políticas fiscais fundamentadas nos fatores que reorientem a regulação de impostos sobre rendas (i.e., dos *linkages* fiscais) e da lógica do cálculo dos *royalties*, conforme ressaltado por Bunker (1985). Este autor já apontava para a necessidade de desenvolvimento de economias alternativas que permitissem às regiões alcançar uma autonomia da economia extrativa e criar bases políticas e econômicas para controlar o impacto das indústrias extrativas no seu próprio ambiente (Bunker, 1985, p.251).

A Reestruturação Social e a Emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

A acomodação das antigas e a confirmação das novas classes dominantes, através de rearranjos ligados ao tecido social atualizado, ocorrem juntamente com a espacialização diferenciada das classes sociais menos favorecidas. Estas reagem, rompem as lógicas estruturais e compõem forças que dão origem a novas estratégias, formas de lutas sociais e conflitos territoriais. Dessa forma, novos movimentos sociais emergiram como respostas políticas dos que não dispõem de terra e que não mais depositam esperanças em soluções governamentais que se propõem a quebrar o monopólio de sua propriedade privada.

Na década de 90, as contradições entre o sucesso dos grandes investimentos mineradores e o caos social haviam sido acirrados pela dificuldade de acesso à terra, pelo fechamento de Serra Pelada, pelo crescente desemprego e, conseqüentemente, pelo crescimento do trabalho informal. Isto acontecia principalmente em Parauapebas apesar desta cidade apresentar ainda uma proporção maior de empregados no setor formal (79%) do que no informal (21%) em 1996, conforme demonstra Machado (1999; p. 129). Agravava-se a concentração de população nas periferias das cidades, ampliando a problemática urbana e deixando um campo aberto à atuação local do MST, nascido no sul do País, cuja atuação voltava-se crescentemente para o estado paraense. O MST tinha então traçado uma estratégia política para a região que consistia inicialmente em formar lideranças e recrutar

membros nas periferias de Parauapebas e Curionópolis, nos primeiros anos da década de 1990.

A população liderada pelo MST é no local composta basicamente de população emigrante do Nordeste.³ Trata-se de migrantes expulsos de seus estados de origem pelo não-acesso à terra e atraídos para o sudeste do Pará pela expectativa de adquirir terra, pelo ouro, ou ainda pelas oportunidades de emprego na grande empresa ou suas contratadas. A grande maioria dos sem-terra são ex-garimpeiros ou seus descendentes que trabalharam em Serra Pelada ou outros garimpos do Pará. Muitos trabalharam nas contratadas da CVRD em Carajás e das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) em Tucuruí. Outros são filhos de colonos do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT)/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de áreas vizinhas a Carajás ou a Serra Pelada, para os quais não há alternativa de terra ou de emprego formal local (Coelho, 2000).

Pelo elevado contingente de população recrutada e o sucesso de suas lutas, que resultaram na conquista de três assentamentos, o MST tornou-se assim um fenômeno político, social e espacial, dada a sua expressiva espacialização no sudeste do Pará. É regionalmente representado pelo movimento social da população sem terra, sem emprego formal e sem ouro, articulado a uma coordenação nacional sediada em São Paulo. Este movimento não só ganha especificidade regional quanto define e redefine situações locais no espaço do sudeste do Pará. Regionalmente, enfrenta desafios que o leva a redirecionar dinamicamente suas estratégias locais. Por razões diferentes ou similares, os demais atores e organizações no local também são motivados a mudar suas estratégias, com expressivas modificações de suas formas de convivência.

As Dificuldades e Conflitos no Presente e o Futuro dos Movimentos Sociais e das Populações Indígenas: as Parcerias como Novas Formas de Organização Social

Sem a *internet*, o fax, as organizações não-governamentais (ONGs) e a mídia internacional, o MST não atuaria em rede e não seria uma organização altamente influente e articulada. Sem isto, haveria uma seqüência de reações isoladas e locais. Sem as relações entre a problemática fundiária na região e os problemas migratórios motivados pelo

³ A pesquisa realizada por Heloísa Fonseca (bolsista de iniciação científica) com um total de 260 sem-terra da área de Carajás (acampamento Macaxeira e Palmares), em julho de 1996, revelou que os sem-terra eram predominantemente nordestinos, 72,3% ou, mais especificamente, maranhenses (46%) (Coelho, 1997, p.516).

garimpo e pela mineração industrial (associada à CVRD), o MST não encontraria campo tão propício a sua expansão e atuação no sudeste do Pará.

No início da década de 90, as relações da CVRD com o MST eram mutuamente agressivas. Isto se justificava pelo fato de que o alvo estratégico inicial deste movimento era uma parcela da área de concessão e uso da CVRD, por ela denominada de “cinturão verde”. A estratégia consistia em entrar na área da CVRD, nas proximidades da cidade de Parauapebas, criando um fato político. Ao serem expulsos, obtinham o empenho da CVRD de negociação com o poder público, de terras alternativas que atendessem às suas reivindicações. Os alvos a seguir eram as áreas de grandes fazendas, quase sempre improdutivas, próximas à área de mineração e, posteriormente, as áreas de antigos foreiros da castanha (a maioria transformada em fazendas de pecuária por compradores de fora ou pelos antigos foreiros e seus herdeiros na década de 70), localizadas dentro ou nas proximidades do Polígono dos Castanhais, delimitado em 1986. Dessa forma, os dois assentamentos mais antigos – Rio Branco (1993) e Palmares (1995) (posteriormente dividido em Palmares I e II, guardando apenas este último sua vinculação com o MST) – situam-se ao longo de sua ferrovia e nas proximidades da estação da Estrada de Ferro Carajás, a última estação antes de seu terminal situado em território da CVRD em Carajás. Já o assentamento “17 de Abril” (1998), cujos assentados são os remanescentes do “Massacre de Eldorado”, ocorrido em 1996, acha-se localizado na antiga Fazenda Macaxeira, situada no Polígono dos Castanhais (Coelho, 1997).

Mesmo no sudeste, onde é mais recente, o MST acumulou experiências com a fase da conquista da terra, mas não dispõe de estratégias localmente definidas para a consolidação da produção na fase de assentamento. O movimento aceitou a imposição federal de uma política de assentamento que desde meados da década de 1980 vinha se revelando ineficaz e para a qual se vislumbra poucas saídas alternativas. A violência de uma política de assentamento em área de floresta, além de não orientada para o efetivo estímulo da produção agroflorestal, é agravada pela redução cada vez maior do tamanho dos lotes (de 50 para 30 ha). As dificuldades técnicas não são, no entanto, resolvidas com o Projeto Lumiar, cujos técnicos não tiveram sequer tempo de acumular experiências nos assentamentos do MST. O projeto foi implantado há aproximadamente dois anos (primeiro

no Assentamento “17 de Abril” e depois no Palmares II), sendo extinto recentemente (no início do ano de 2000).

A introdução do cooperativismo enfrenta as barreiras colocadas pelo individualismo culturalmente arraigado. O maior desafio atual localmente enfrentado pelo MST está, todavia, em encontrar na fase de assentamento formas de produzir que vão além da reprodução simples limitada a um curto espaço de tempo. Não há, portanto, evidências entre assentados de uma ruptura com o conservadorismo representado por uma adesão massiva às novas formas de produzir e à gestão coletiva dos lotes. Além do mais, uma vez de posse do lote, o ex-sem-terra por solidariedade ou para ampliar sua produção abriga em seu lote parentes ou outros agricultores, ampliando o risco do rápido desaparecimento da floresta com o aumento da densidade demográfica não acompanhado pela introdução de sistemas agrícolas técnica e ecologicamente sustentáveis.

De movimentos sociais caracterizados inicialmente pela oposição ao Estado, aos grandes proprietários de terra e às grandes empresas na região, o MST reconstrói suas relações locais e extra locais para a sobrevivência dos seus acampamentos. Preocupado com as questões de produção e comercialização, busca nos órgãos governamentais recursos destinados à produção individual e coletiva. Embora inicialmente fortalecidos pelas políticas creditícias socialmente conquistadas, os assentados são em seguida duramente enfraquecidos pelos equívocos gerados pelos pacotes creditícios geridos pelas instituições de financiamento envolvidas, particularmente o Banco da Amazônia S.A. (BASA), responsável pelo Fundo Constitucional do Norte (FNO) e o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) na região. Este último é voltado para o apoio aos projetos grupais. Projetos que incluem fábricas de farinha, laticínios, aviários, criação de gado leiteiro, pocilgas e aquisição de caminhões e maquinários foram elaborados com orientação de técnicos em Belém (com visões de gabinetes), sem sequer considerar a ausência de infra-estrutura básica, energia, estradas e de recursos humanos especializados. São projetos inflexíveis e até mesmo deterministas do ponto de vista do quê e como produzir, sem pesquisa de mercado, para o qual os assentados, que passaram recentemente da condição de sem-terra para a de produtores, não dispõem de experiência administrativa nem de produção em escala (Coelho, 2000).

No final da década de 90, as relações entre a empresa mineradora, a CVRD, e o MST tenderam a mudar. Segundo Coelho (2000, p.161):

“As relações entre organizações (CVRD e MST) sofrem flutuações e alteram-se ao longo do tempo, passando de decisões não-negociadas e situações tensas, no início dos anos de 1990, à abertura para negociações, alianças e convivência pacífica ao final desta década. Superada a fase inicial de acampamentos, na etapa atual de assentamento (já de posse dos lotes), os assentados se vêem diante de problemas que só aparentemente não estão associados à questão da luta pela terra, mas à produção e mercado. Ao contrário, tais questões são inseparáveis da luta pela terra, pois trata-se de assegurá-la a longo prazo, já que o insucesso em mantê-la produtiva pode condená-los a passá-la em frente, recuperando a condição de sem-terra. Uma insustentabilidade futura da produção que condene os assentados de hoje ao retorno à condição de sem-terra a médio ou longo prazo não interessa ao MST nem tão pouco à CVRD, pois isto tornaria os conflitos sociais apenas adiados.

Pode-se dizer que, tal como os demais recursos naturais (ferro, manganês e ouro explorados pela CVRD), o recurso terra buscado pelos membros do MST é finito. A consciência de que a apropriação de novas terras não será uma possibilidade de solução infinita, é fator de preocupação do MST com o sucesso da produção ambientalmente sustentável a curto e longo prazo. Todavia, a ausência de meios e orientação técnica para manejar corretamente o ambiente esbarram na morosidade e inoperância burocrática dos órgãos governamentais responsáveis por fazer funcionar as políticas fundiárias e/ou agrícolas.”

Antes de sua privatização, a CVRD tinha o controle da área de concessão de exploração mineral concedida pelo Congresso Nacional relativamente assegurado. Tal controle foi ampliado pela criação e firmação de convênios entre CVRD e IBAMA para o gerenciamento de três unidades de conservação: Reservas Biológica do Tapirapé (Decreto 97.719 de 05/05/89); Floresta Nacional do Tapirapé/ Aquiri (Decreto 97.720 de 05/05/89; e Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado (Lei Estadual 1.551 de 03/05/93). A Figura 1 mostra ainda a Floresta Nacional de Carajás, criada em 1999.

O quadro de relativa segurança se modificou, uma vez que, com a privatização, a empresa deixou de ser vista como pertencente à Nação brasileira. Caiu então por terra todo o sentimento nacionalista. Em outras palavras, o fato de ser estatal, i.e., pelo menos teoricamente pertencente a todos os brasileiros, de alguma forma sensibilizava e, de certa maneira, freava as ações do MST em Carajás e do movimento dos garimpeiros de Serra Pelada. Após a privatização, a CVRD se vê, assim, forçada a mudar suas estratégias em relação aos movimentos sociais e a atuar como gestor territorial.

Por parte da CVRD, o interesse em realizar alianças com os assentados decorre, portanto, do crescente temor de que se ampliem as possibilidades de conflito de interesses e ocupação de seu território por parte do MST. Como forma alternativa de assegurar uma convivência pacífica, a empresa adotou uma política de propiciar aos assentamentos

algumas das infra-estruturas por eles reivindicadas, como energia para fazer funcionar a fábrica de farinha, o laticínio e o aviário de que carecem os assentados em face da morosidade do INCRA e do governo estadual. Em 1999, a CVRD cumpria a promessa de construir uma estação de rebaixamento de tensão que viabilizasse a energia reivindicada.

Os assentados, por sua vez, vêm na CVRD não só a possibilidade de solucionar problemas de infra-estrutura, mas talvez de produção e mercado, mesmo sabendo que terão que enfrentar grandes desafios como as exigências de qualidade e regularidade de produção, dois quesitos imprescindíveis para conquistar o mercado representado pela empresa e pelo Núcleo Urbano de Carajás.

Em suma, com a transformação dos sem-terra em proprietários dos meios de produção de um lado, e com a privatização da CVRD de outro, houve mudanças qualitativas nas relações entre CVRD e assentados em geral e, mais especificamente, do MST. Isto não quer dizer que tais relações não possam se modificar no futuro, em face de outras circunstâncias, enfim, de uma realidade dinâmica.

Não obstante a capacidade de ação criativa e de mobilização, os assentados do MST, atores locais de importância crescente, dependem de uma política integrada que os auxilie a se capacitarem tecnicamente para o desenvolvimento de atividades agroflorestais e que lhes permita assegurar a posse da terra no longo prazo. Para isto, torna-se imprescindível à adoção de estratégias a fim de romper as dificuldades culturais e econômico-financeiras de desenvolvimento da capacidade tecnológica, bem como, da capacidade associativa ou cooperativista, e com a finalidade de construir parcerias com os órgãos públicos na região e as empresas no local.

Finalmente, as mudanças de comportamento e visões em relação à grande empresa e ao Estado não se restringem aos assentados engajados na luta do MST, mas a todos os assentados pelo INCRA e pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). À CVRD interessa definir novas vinculações como também construir um sistema de alianças com o poder público, com os grupos locais (incluindo os ex-garimpeiros de Serra Pelada) e com o que restou das oligarquias, como forma de impedir o desgaste local de sua imagem, cujo custo financeiro pode ser elevado, e manter o direito de influir nas decisões que lhe afetam.

Os indígenas, principalmente os Xikrin do Cateté, que se situam a oeste da área de concessão da CVRD, e que ajudam a compor o cinturão de proteção desta Companhia

(Figura 1), aprenderam a se organizar e pressionar a companhia a atuar em favor de seus interesses. Desse modo, desenvolveram formas de luta que incluem a interceptação do acesso dos funcionários a algumas minas da companhia como meio de pressionar a CVRD e a FUNAI a se posicionarem em relação à definição adiada e implementação de um programa de manejo florestal para sua reserva no início de 1999. Um plano de manejo está sendo desenvolvido sob a coordenação do Instituto Sócio-Ambiental (ISA) de São Paulo e a Associação Bep-Nói dos Xikrin com a participação da CVRD.

Como forma de solucionar problemas regionais que a afetam direta e indiretamente, a CVRD tem se especializado em atuar como mediadora junto aos órgãos públicos nacionais e organismos financeiros, particularmente o Banco Mundial. Como parte de uma estratégia onde se vê envolvida, à CVRD interessa se impor como uma gestora com interesse e papel a ser exercido localmente. A CVRD vem, assim, estabelecendo “parcerias” formais ou informais com as “comunidades” rurais e urbanas em sua área de influência. A CVRD privatizada parece compreender, assim, a importância de manter relações construtivas com os índios da Reserva Indígena do Cateté, com os assentados do MST, com os colonos (tanto da Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado, quanto da Colônia Paulo de Fonteles, e do GETAT/INCRA, atualmente emancipados); com os movimentos sociais de defesa de Serra Pelada, com as prefeituras, particularmente a de Parauapebas, como forma mais sutil e eficaz de garantir a proteção de seu patrimônio, e ao mesmo tempo de melhorar sua imagem local, nacional e internacionalmente (Coelho, 2000).

Considerações Finais: Possíveis Causas de um Não-Desenvolvimento Capitalista Localmente Ampliado e Perspectivas de Desenvolvimento Futuro

O PGC falhou em criar as condições políticas e financeiras para uma decisiva “modernização” liderada pelo Estado. O PGC foi criado no contexto de um Estado desenvolvimentista que não existe mais. O novo Estado, de caráter nitidamente liberal, afastou de seus interesses os incentivos fiscais à atividade pecuária, e vem deixando gradativamente ao mercado o papel de promover o desenvolvimento tanto da grande e média quanto da pequena produção. Neste último caso, isto vem correndo não obstante a luta permanente da categoria pela garantia dos estímulos financeiros conquistados através das lutas sociais associadas ao *grito da terra* ao longo da década de 90.

Parece ainda estar cada vez mais distante a concretização do ideal de implementação de políticas agrícolas, concebidas em bases rentáveis e ecológicas que garantam a preservação da capacidade reprodutiva dos solos frágeis por natureza. Os recursos do FNO e PROCERA vêm falhando na promoção de uma capacidade produtiva auto-sustentada. Os assentamentos antigos falham também no desenvolvimento de uma cultura agroflorestal que os mantenha produtivos. O resultado tem sido o rápido desaparecimento das matas, a reduzida formação de capoeiras, a expansão das pastagens e o desenvolvimento da pecuária leiteira. Esta última já vem alimentando uma indústria de laticínios que apesar de ainda incipiente, tende a crescer na região. Este é o caso dos laticínios de pequeno e médio porte existentes nos municípios de Canaã de Carajás, antigo núcleo do projeto de colonização do GETAT, e Parauapebas. O insucesso na promoção de uma diversificação agrícola e no desenvolvimento de sistemas agroflorestais tem como preço a degradação ambiental, a pobreza ou a miséria.

No presente, ao lado de uma grande empresa mineradora (a CVRD) altamente capitalizada, permanecem: uma oligarquia esfacelada que encontra dificuldade em modernizar-se, ou seja, adequar-se às relações sociais capitalistas; empresários da indústria de ferro gusa (em número limitado e de lucros instáveis); empresas madeireiras em fase de declínio; empresas prestadoras de serviço que se formam e desaparecem rapidamente; empresários do comércio local decadente (ou pouco próspero); fazendeiros descapitalizados; colonos ou pequenos produtores (em tamanho de terra e volume de produção) caracterizados por uma reprodução simples, longe de alcançarem uma expansão apoiada na produção mercantil; e uma massa de sem-terra, sem-garimpo e sem-emprego formal. A reprodução do não-desenvolvimento capitalista, social e espacialmente generalizado, encontra possíveis explicações nas dependências quase exclusivas do Estado, de um lado, e da CVRD, de outro. O preço tem sido a perda da complexidade ecológica, o desemprego e a deterioração das condições de vida local.

Seja qual for o destino futuro desta empresa privada, a CVRD mudou radicalmente o sudeste do Pará, no passado e no presente. A mineração tem provocado efeitos que vão além do espaço de sua atuação imediata. A intensa migração atraída pela infra-estrutura que lhe dá suporte, a cultura de lavoura itinerante associada à fragilidade dos solos da terra-firme, o desmatamento e a queima das florestas têm agravado e levado à degradação com

ampliação da fragilidade do solo e dos ecossistemas, e ao empobrecimento dos diferentes segmentos sociais. Não obstante a redução no fluxo migratório decorrente da ausência de novos empreendimentos na região, alguns centros urbanos como Parauapebas tenderão a conviver ainda com a intensa migração que oscilará com o surgimento de novas frentes de mineração.

Por muito tempo, no entanto, a mineração industrial continuará sendo uma atividade econômica importante para a Amazônia Oriental. A definição de um novo modelo de desenvolvimento sustentável requererá políticas públicas integradas à mineração. Elas devem ser definidas a partir de uma rediscussão sobre o que é contemporaneamente moderno para a Amazônia. A elaboração de políticas integradas afeta o conjunto de atores e organizações sociais da e na região. Estas políticas deverão ser diversas e integradas com o controle sobre o conjunto de variáveis do sistema sócio-espacial de tal forma que, uma vez cessado o recurso mineral, o desenvolvimento se auto-sustente. Mas tudo isto implica rediscutir o futuro da região em termos teóricos.

A Amazônia permanece ainda uma economia fundada sobretudo na extração de recursos da natureza. O debate sobre as experiências da mineração e suas implicações sócio-espaciais na Amazônia Oriental é representativo dos interesses distintos quase sempre conflitantes, porém, algumas vezes convergentes. No estudo do Programa Grande Carajás, abordando as experiências dos últimos trinta anos de políticas públicas, ressaltam-se as lições do passado e do presente de acordo com as quais é possível identificar e analisar os impactos das atividades mineradoras produzidos ou em processo de produção ou reprodução nas comunidades regionais/ locais e nos ecossistemas. Porém, como mudar as estratégias políticas, econômicas e territoriais do Estado de forma a alterar as trajetórias do desenvolvimento regional e traçar novas perspectivas para o desenvolvimento futuro da região?

Até quando o futuro será ainda marcado pela falha de geração de políticas minerais, fundiárias, agrícolas e ambientais coerentes e integradas, voltadas para solucionar os problemas de acesso à terra e ao mercado de forma duradoura e sem destruição ambiental, da grande massa de migrantes sem terra e sem trabalho formal na região? Como fazer avançar hoje as teorias críticas das estruturas econômicas sócio-espaciais de modo a elucidar os processos de estruturação/ desestruturação/ reestruturação e de forma a entender

entre outras coisas tanto as velhas quanto as novas formas de transformação social e cultural em gestação? Qualquer balanço do projeto de modernização que atingiu a região num passado recente parece conduzir à necessidade cada vez maior de questionar e teorizar sobre o que é moderno hoje para a região. O moderno estará na difusão regional da economia da soja, alternativa abraçada pelos governos federal e estadual? O moderno reside no eixo de integração “Araguaia-Tocantins” no contexto do “Brasil em Ação”? O que tal projeto contém de soluções para o desemprego que poderá vir a aumentar em face do insucesso das políticas de assentamento?

No futuro mais ou menos distante, todos os atores e organizações regionais ou na região enfrentarão a possibilidade da exaustão dos recursos naturais. Os garimpeiros já sofrem as conseqüências da falta do ouro passível de exploração artesanal. As comunidades indígenas e as rurais vinculadas ou não ao MST, enfrentam ou enfrentarão problema similar de esgotamento dos recursos da terra e da floresta. O mesmo se dá ou dará com as populações de fazendeiros ou donos de terra (que foram afetados pela perda do acesso fácil aos benefícios fiscais e recursos financeiros e pela redução no valor da terra, um fenômeno nacional, mas que é regionalmente agravado por se tratar de uma área de atuação do MST). O empresariado do comércio também será afetado. A CVRD local enfrentará também no futuro a possibilidade da exaustão dos recursos minerais em face não do esgotamento em si das minas, mas da tendência histórica de queda nos preços das *commodities* (ferro e outros minérios) ou das mudanças tecnológicas.

Além das estratégias específicas a cada grupo, a escassez futura, relativa ou absoluta, de recursos naturais coloca para todos os grupos sociais na região a necessidade urgente de pensar um desenvolvimento que não repita os erros do passado e presente. Para isto, parece imprescindível uma política fiscal geradora de recursos financeiros a serem aplicados no desenvolvimento integrado, efetivo e soberano da região, orientado por uma nova concepção do que é contemporaneamente moderno para a região e do que se quer das instituições destinadas a gerir tais recursos. A experiência ou a possibilidade da escassez produzem articulações entre o passado vivido e o futuro (Santos, 2000). No processo de construção do presente e do futuro, os movimentos sociais e as organizações, como o MST e a CVRD (mas não só), continuarão a desenvolver papéis importantes na reestruturação

regional/local. Para subsistirem, eles próprios serão também obrigados a se renovarem e a buscar criativa e coerentemente o novo.

Finalmente, as crises conduzem necessariamente a busca de saídas alternativas, estimuladas ou pressionadas pela capacidade organizativa e mobilizadora dos movimentos sociais que continuarão a se formar em torno de problemáticas sociais que tendem a ser agudizadas pelo crescente empobrecimento e perda de complexidade do ecossistema regional. No bojo da desconstrução/ construção das teorias de desenvolvimento e da crise social regional gerada, estratégias autônomas e construtivas precisam ser radicalmente gestadas e ampliadas segundo novas bases teóricas e práticas. Propostas enriquecidas pelo passado e pelo presente integrarão, assim, a tarefa de construção do futuro, de maneira a atender às necessidades definidas pelo conjunto de atores e organizações no local ou locais de forma articulada às demandas da sociedade global.

Bibliografia

- ALTVATER, E. (1995). *O Preço da Riqueza*. São Paulo: UNESP.
- ALTVATER, E.; MAHNKOPF, B. (1996). *Grenzen der Globalisierung. Ökonomie, Ökologie und Politik in der Weltgesellschaft*. Münster: Editorial Westfälisches Dampfboot. (Resumo de Carlos Javier Maya Ambía).
- AMIN, S. (1974). *Accumulation on a World Scale: a Critique of the Theory of Underdevelopment*. New York: Monthly Review Press.
- BOOKCHIN, M. (1999). *Municipalismo Libertário*. São Paulo: Nu-Sol; Imaginário e Coleção Anarquista Branca Leone.
- BRÜSEKE, F. (1996). *A Lógica da Decadência*. Belém: Cejup.
- _____. (1997). Extração dos Recursos Minerais e Desenvolvimento Sócio-Econômico. In: MATHIS, A.; BRITO, D. C.; BRÜSEKE, F. J. (1997). *Riqueza Volátil*. Belém: Cejup.
- BUNKER, S. (1985). *Underdeveloping the Amazon*. Chicago: University of Chicago Press.
- _____. (1989). Staples, Links, and Poles in the Construction of Regional Development Theories. In: *Sociological Forum*. v.4. n.4. pp.589-610. (december).
- _____. (1999). *Notas Sobre a Renda do Soto e a Tributação no Pará*. Belém. (mimeo).
- BUNKER, S.; O'HEARN, D. (1992). Strategies of Economic Ascendants for Access to Raw Materials. In: PALAT, Ravi (Ed.). *Pacific Asia and the Future of the World System*. [S.l.]: Greenwood Press. pp.83-102.
- CARDOSO, F. H., FALLETO, E. (1970). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- CASTELLS, M. (1999). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra. Vols. I, II e III.
- CLEARY, D. (1994). Problemas na Interpretação da História Moderna da Amazônia. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Orgs.) *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: MPEG. pp.159-165.
- COELHO, M. C. N. (1991). *Socioeconomic Impacts of the Carajás Railroad in Maranhão, Brazil*. Syracuse: Syracuse University (Tese de Doutorado).
- _____. (1997). A CVRD e a (Re)Estruturação e Mudança na Área de Carajás (Pará). In: COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. (Orgs.) *Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: NUMA/NAEA/UFGA. pp.51-78.
- _____. (1997). Polêmica Ocupação dos Sem-Terra na Região de Carajás. In: XIMENES, T. (Org.) *Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável. Uma Contribuição para a Amazônia 21*. Belém: UFPA. pp.495-530.
- _____. (2000). Política e Gestão Ambiental (des)Integrada dos Recursos Minerais na Amazônia Oriental. In: COELHO, M. C. N. et al. (Orgs.) *Estado e Políticas Públicas na Amazônia*. Belém: Cejup.
- EMMANUEL, A. (1972). *Unequal Exchange: a Study of the Imperialism of Trade*. New York: Monthly Review Press.
- FRANK, A. G. (1966). *The Development of Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil*. New York: Monthly Review Press.
- FRIEDMANN, J. (1968). *A General Theory of Polarized Development*. Los Angeles: CICLA.
- GIDDENS, A. (1991). *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp.
- HIRSCHMAN, A. (1958). *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press.
- MACHADO, L. (1999). Urbanização na Amazônia. In: Cadernos do IPPUR. Rio de Janeiro, Vol. XIII, No. 1. pp 109-138.
- MATHIS, A.; BRITO, D. C.; BRÜSEKE, F. J. (1997). *Riqueza Volátil*. Belém: Cejup.

- MANDEL, E. (1975). *Late Capitalism*. London: NLB.
- MONTEIRO, M. A. (1999). Desenvolvimento e ambiente: uma conjugação analítica necessária. In: ALTVATER, E. et al. (Orgs.) *Terra Incôgnita*. Belém, NAEA/UFPa.
- MYRDAL, G. (1968). *Asian Drama: an Inquiry into the Poverty of Nations*. New York: Randon House.
- PRIGOGINE, I.; STENGER, I. (1991). *A Nova Abanço*. Brasília: UnB.
- _____. (1992). *Entre o Tempo e a Eternidade*. São Paulo: CIA das Letras.
- SANTOS, M. (2000). *Por uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: RECORD.
- SHAFER, M. (1994). *Winners and Losers*. Ithaca: Cornell University Press.
- VELHO, O. (1972). *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores.
- WALLERSTEIN, I. (1974). *The Modern World Sistem*. New York: Academic Press.
- _____. (1976). The Three Stages of African Involvement in the World Economy. In: GUTKIND, P. C. W.; WALLERSTEIN, I. (Eds.). *The Political Economy of Contemporary Africa*. Beverly Hills: Sage. pp. 30-57.